

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Imagen do Congresso

Recente pesquisa de opinião nos Estados Unidos revelou algo inusitado para um país que ainda é tido como paradigma mais elevado do regime democrático. Apenas 12 por cento de seus cidadãos confiam, em graus variados, na instituição-símbolo da democracia, o Congresso. Os restantes 88 por cento simplesmente o acham entre dispensável e/ou nocivo ao bem-estar comum. Não é, pois, apenas na América Latina que as instituições democráticas vivem um período de desgaste e decadência. O fenômeno, ao que parece, é mundial.

Talvez a psicanálise encontre com maior clareza a chave do problema. O deputado Delfim Netto (PDS-SP), que não é psicanalista, nem cultor de Freud, tem um palpite a respeito que o mestre de Viena certamente subscreveria. Segundo ele, o Congresso Nacional é simplesmente a cara do País. Nem melhor, nem pior: apenas a expressão nua e crua da sociedade que representa. Se o País está em alta consigo mesmo, suas relações com o mundo parlamentar hão de expressar essa euforia.

Se, ao contrário — tal como ocorre hoje —, a sociedade se autoflagela, o Congresso é o bode expiatório de suas frustrações. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, concorda plenamente com essa avaliação. O sistema eleitoral vigente — o proporcional — torna a representação da Câmara dos Deputados um perfeito extrato da população brasileira. E aí está um de seus problemas: se a população não está em equilíbrio — e certamente não está —, dada a precariedade do sistema de educação e da perversão de valores em curso, a tendência da representação parlamentar proporcional é expressar essa decadência. A cada eleição, o cidadão, cada vez mais cético e frustrado, tende à buscar na troca de nomes a utopia da

renovação. Não consegue: a turma que entra é, freqüentemente, pior que a que sai.

Como mudar o quadro? Nesse ponto, há, entre as lideranças mais expressivas do Congresso, quase um consenso: é preciso promover uma ampla reforma política, que inclua mudança nas regras eleitorais e no quadro partidário. Independentemente de o País optar pelo presidencialismo ou pelo parlamentarismo — ou mesmo pela monarquia —, essas reformas se impõem até mesmo para garantir a sobrevivência da atividade política. Se a degradação da atividade prosseguir, será difícil impedir que a população, tal como no Peru, acabe apoiando uma aventura autoritária.

A mudança no sistema eleitoral é consensualmente apontada como o ponto de partida. O sistema proporcional, que permite que um candidato à Câmara dos Deputados receba votos em todo o estado, o compromete com o seu eleitor. Frequentemente o eleitor sequer conhece o candidato em que votou, nem tem meios de aferir sua atuação ou cobrar-lhe os compromissos assumidos. O sistema distrital, que divide o estado em distritos e obriga o candidato a residir no distrito em que está registrado e só dele receber votos, compromece mais o parlamentar com seu eleitor e o expõe à fiscalização direta. O risco que há é o de, em função disso, aprisioná-lo a temas paroquiais, o que transformaria a Câmara dos Deputados numa imensa câmara de vereadores. Para contrabalançar isso, parte da representação continuaria a ser eleita pelo sistema proporcional, o que contemplaria candidatos com discurso ideológico e personalidades com visão universal dos problemas.

A dificuldade nessa mudança persiste sendo a de sempre: para aprová-la, é preciso obter os votos daqueles que ela irá aposentar.